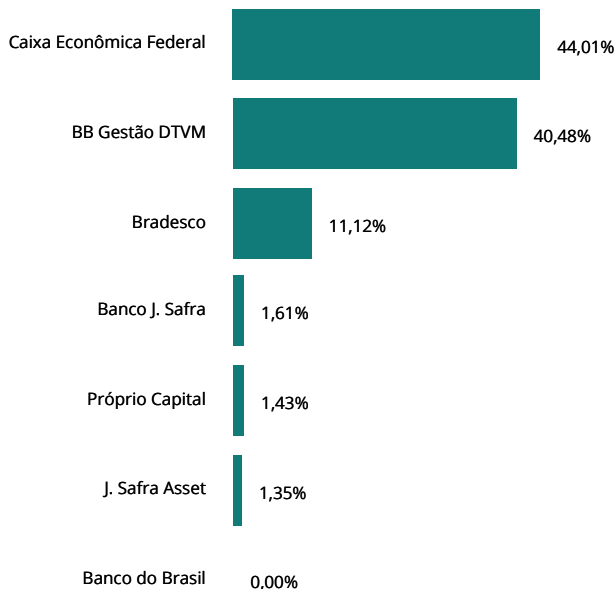


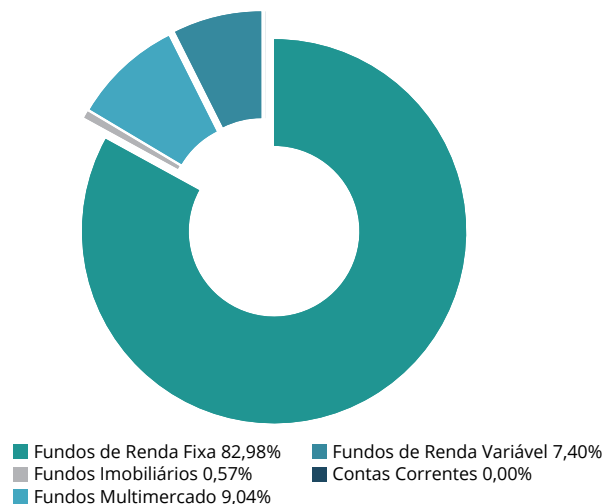
ANGEPREV

Os recursos do ANGEPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



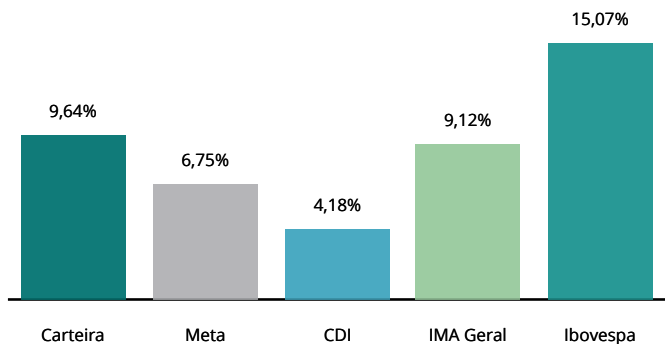
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



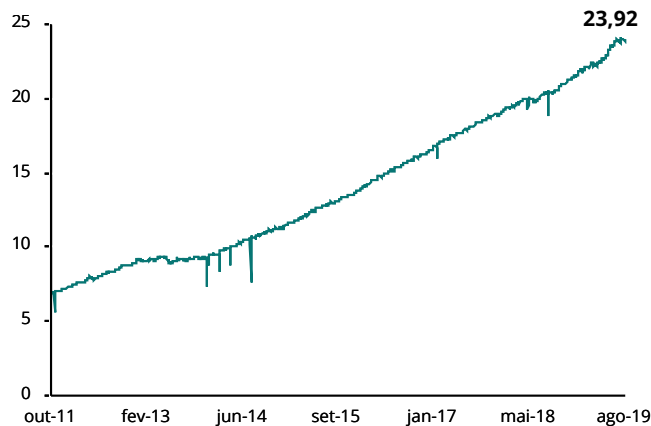
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
ANGEPREV	0,29%	9,64%	14,45%
META ATUARIAL INPC + 6 %	0,61%	6,75%	9,44%
CDI	0,50%	4,18%	6,25%
IMA GERAL	0,16%	9,12%	16,06%
IBOVESPA	-0,67%	15,07%	32,74%

CARTEIRA X INDICADORES EM 2019



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



ANGEPREV

O mês de agosto foi marcado pela aprovação da Reforma da Previdência em segundo turno na Câmara dos Deputados, cujo texto base teve placar de 370 votos favoráveis e 124 contrários. Com rejeição de oito destaques, os parlamentares mantiveram o texto que foi aprovado em primeiro turno, o que representaria uma economia de R\$ 933,5 bilhões nas despesas previdenciárias em 10 anos.

Com a aprovação do texto pela Câmara, a reforma seguiu para análise no Senado, sob os cuidados do relator Tasso Jereissati (PSDB-CE). Jereissati retirou da reforma o critério de renda para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e suprimiu o item que elevava a idade e tempo de contribuição para trabalhadores que lidam com atividades prejudiciais à saúde, como mineiros. Tais alterações acabaram diminuindo a economia da reforma em R\$ 31 bilhões.

Uma perda adicional de R\$ 67 bilhões pode ocorrer, caso o Congresso aprove outras sugestões de Jereissati para abrandar pontos já acatados pelos deputados. Para compensar a perda de receita, o relator prometeu um aumento de arrecadação de R\$ 115 bilhões, com medidas como cobrança previdenciária obrigatória de entidades filantrópicas e o fim da isenção previdenciária nas exportações. A expectativa é de que a proposta seja votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado no início de setembro, e que os senadores concluam a votação em dois turnos em outubro.

Agosto contou também com aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da cessão onerosa e permite a divisão dos recursos arrecadados pela União nos leilões do pré-sal com Estados e Municípios. É esperado que a matéria vá a voto no início de setembro e, devido às modificações, passe por nova análise na Câmara dos Deputados.

Sobre a agenda econômica do governo, a MP da Liberdade Econômica foi aprovada na Câmara e no Senado. A medida tem como principal objetivo desburocratizar o ambiente de negócios do país, na medida em que estabelece, entre outros pontos, normas de proteção à livre iniciativa e diversas mudanças na legislação trabalhista. Já o pacote de privatizações, que inicialmente previa a oferta de 17 companhias estatais, foi anunciado com apenas 9, sendo elas: ABGF, Emga, Serpro, Dataprev, Ceagesp, Codesp, Ceitec, Telebrás e Correios.

Ainda no cenário político, o mês de agosto trouxe aumento nas pressões sobre o governo brasileiro no que diz respeito ao meio ambiente. A questão das queimadas e da preservação da floresta amazônica mobilizou autoridades mundiais e causou indisposição, principalmente entre o governo brasileiro e o governo francês. O assunto foi, inclusive, discutido no encontro do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo) no final do mês.

Com relação à atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou variação positiva de 0,4% na comparação do segundo contra o primeiro trimestre de 2019, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. O resultado veio acima das expectativas de mercado, que viam alta de 0,2%. Nessa base de comparação, a maior alta foi na Indústria (0,7%), seguida de Serviços (0,3%). A agropecuária apresentou variação negativa de 0,4%. Pela ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo (3,2%) e a Despesa de Consumo das Famílias (0,3%) tiveram variação positiva. Já a despesa de Consumo do Governo (-1,0%) recuou em relação ao trimestre imediatamente anterior. No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços registraram contração de 1,6%, enquanto as Importações cresceram 1,0%.

Na comparação com igual período de 2018, houve crescimento do PIB de 1,0% no segundo trimestre do ano. O valor também veio acima da expectativa de mercado, que era de 0,8%. Das atividades, a Agropecuária registrou variação positiva de 0,4%, enquanto a Indústria teve expansão de 0,3%, e o setor de serviços cresceu 1,2%. Do lado da demanda, o Consumo das Famílias (1,6%) e a Formação Bruta de Capital Fixo (5,2%) apontam resultados positivos no trimestre, e o Consumo do Governo (-0,7%) registrou queda. Quanto ao setor externo, as Exportações e as Importações cresceram 1,8% e 4,7%, respectivamente.

Já com relação aos preços, o IGP-M, calculado pela FGV, caiu 0,67% em agosto, após ter crescido 0,40% no mês anterior e frente à expectativa de -0,60%. Com esse resultado, o índice acumula alta de 4,09% no ano e de 4,95% nos últimos 12 meses. O IPCA apresentou variação de 0,11%, abaixo dos 0,19% registrados em julho, e em linha com as expectativas de mercado. Em 12 meses o índice subiu para 3,43%, acima dos 3,22% registrados anteriormente. Em agosto de 2018, a taxa foi de -0,09%.

No mercado financeiro, a bolsa fechou agosto com 101.134 pontos, com queda de 0,67% em comparação com o fechamento do mês anterior. O dólar comercial, por sua vez, encerrou o mês com alta de 8,5%, cotado a R\$ 4,14.

ANGEPREV

No cenário Internacional, o mês de agosto foi marcado pela volta das tensões comerciais entre Estados Unidos e China. Donald Trump surpreendeu a todos ao impor tarifa de 10% sobre US\$ 300 bilhões de importações americanas daquele país. As medidas estão previstas para entrar em vigor em setembro, e a Casa Branca ameaçou elevar a alíquota para 25% caso a China não aumente suas importações de produtos agrícolas americanos. O governo chinês contra-atacou enfraquecendo sua moeda ao nível mais baixo em uma década (o que aumenta as exportações do país), e pediu que as estatais suspendessem as importações de produtos agrícolas dos EUA. Apesar do aumento das tensões, o mês terminou com o Ministério do Comércio da China afirmando que Pequim e Washington permanecem em “efetiva comunicação” sobre a disputa comercial em andamento. Entretanto, as novas negociações marcadas para setembro permanecem incertas.

Ainda sobre os EUA, o crescimento do país desacelerou no segundo trimestre mais do que o inicialmente anunciado. O PIB ajustado pela inflação cresceu a uma taxa anualizada de 2%, em linha com as estimativas dos analistas, mas ligeiramente abaixo da taxa de 2,1% inicialmente reportada. Já o consumo das famílias apresentou crescimento de 3,1%, ante 2,9% estimado anteriormente. A revisão do crescimento do PIB refletiu estimativas mais baixas de exportações, estoques, investimentos residenciais e gastos dos governos estaduais e locais.

Na China, a produção industrial subiu 4,8% em julho em relação ao mesmo mês do ano passado, mas desacelerando se comparada ao aumento de 6,3% visto em junho. A alta de julho ficou abaixo da previsão dos analistas, que esperavam crescimento de 5,9%. As vendas no varejo, por sua vez, subiram 7,6% em julho, frente o mesmo mês do ano anterior, mas abaixo da mediana das previsões (8,5%). Já o investimento em ativos fixos cresceu 5,7% na mesma base de comparação, abaixo do crescimento de junho (5,8%) e das expectativas de mercado (5,9%).

Com a desaceleração da economia, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, órgão estatal de planejamento, aprovou 12 projetos de infraestrutura com investimento estimado em US\$ 10 bilhões, em uma tentativa de impulsionar o crescimento econômico do país. Além disso, a Comissão anunciou que Pequim irá lançar um plano para impulsionar a renda disponível da população em 2019 e 2020. Por fim, o Banco Central da China apresentou uma importante reforma dos juros para ajudar a reduzir os custos de empréstimos para empresas e sustentar a economia.

Na zona do euro, o mês de agosto foi marcado por diversas instabilidades. Na Itália, o primeiro-ministro Giuseppe Conte renunciou. Um dos vices primeiros-ministros, por sua vez, pediu eleições gerais antecipadas, afirmando que o governo de coalizão é impraticável. A incerteza soma-se aos seus problemas fiscais, à medida que se esforça para conter a segunda maior dívida pública da Europa, menor apenas do que a da Grécia.

Já no Reino Unido, o novo primeiro-ministro, Boris Johnson, suspendeu as atividades do Parlamento por cinco semanas. A medida tem como objetivo reduzir o tempo disponível para os deputados aprovarem legislação para impedir que o governo avance com uma saída abrupta da União Europeia.

Com relação aos indicadores, a inflação na Zona do Euro foi de 1,0% em agosto, segundo dados preliminares. O resultado foi igual ao observado no mês anterior, e veio em linha com as expectativas de mercado. As taxas de elevações de preços em julho e agosto são as mais baixas desde novembro de 2016, e estão bem inferiores à meta de inflação do Banco Central Europeu (BCE). O núcleo de inflação, que retira da conta alimentos não processados e energia (ambos mais voláteis) e mais monitorado pelo BCE em termos de decisões de política monetária, ficou estável em 1,1% em agosto. O indicador reforça as expectativas de flexibilização monetária pelo Banco Central Europeu (BCE) no próximo mês.

Por fim, um fator que gerou instabilidade nos mercados emergentes durante o mês de agosto, foi a prévia das eleições presidenciais na Argentina, que provocou pânico no mercado financeiro do país e levou o Merval (principal índice da Bolsa de Buenos Aires) a cair 37,9% no dia. O atual presidente, Mauricio Macri, ficou com 32,37% dos votos, enquanto o opositor, Alberto Fernández, teve 47,23%. O vencedor da prévia é o candidato escolhido pela senadora e ex-presidente Cristina Kirchner, que é vice na chapa e responde a processos na Justiça por corrupção.

Tal conjuntura fez o dólar disparar e levou o Banco Central da Argentina a aumentar a taxa de juros em dez pontos percentuais, para 74%. No final do mês, o governo propôs ao FMI que se inicie o diálogo para rever os vencimentos da dívida com a instituição, com intuito de controlar o quadro de instabilidade local, estendendo os vencimentos de dívida de curto prazo para investidores institucionais, como bancos e seguradoras, enquanto mantém os pagamentos a pessoas físicas. Em outras palavras, o governo decretou moratória aos credores institucionais externos e tenta renegociar a dívida com o FMI.